

**MOVIMENTO DOCENTE:
GREVES DAS ESTADUAIS
GARANTEM CONQUISTAS
E MARCAM LUTA
CONTRA AJUSTE FISCAL
NOS ESTADOS 4 E 5**

**ENTREVISTA:
RICARDO ANTUNES
EXPLICA A AMEAÇA DE
RETROCESSO NAS LEIS
TRABALHISTAS
12 E 13**

**INTERNACIONAL:
POLÊMICA DO
BURKINI NA FRANÇA
MOSTRA FACETA DA
CENSURA CULTURAL A
IMIGRANTES 14 E 15**

Governo, Congresso e empresários unidos para **atacar direitos sociais e trabalhistas**



Que a Índia seja aqui! Rumo à greve geral!

O que os trabalhadores e trabalhadoras da Índia e do Brasil podem ter em comum?

No último dia 2 de setembro, milhares de trabalhadores e trabalhadoras indianos cruzaram os braços e foram às ruas lutar contra as privatizações e ataques aos direitos trabalhistas impulsionadas pelo governo de Narendra Modi. A greve geral paralisou transportes e as operações bancárias, com adesão de 400 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, segundo informes do Congresso de Sindicatos da Índia.

A Índia está do outro lado do mundo, muito distante do Brasil, porém a luta de classes tanto lá, quanto cá, aproxima enormemente os trabalhadores e trabalhadoras desses dois países. No Brasil, o governo ilegítimo de Michel Temer - mas um legítimo representante dos interesses mais vorazes da burguesia - vem tentando implementar reformas trabalhistas, previdenciárias e fiscais que atacam direitos e vilipendiam os salários da classe trabalhadora, além de pacotes de privatizações, cujo objetivo é o desmonte do Estado e, consequentemente, dos serviços públicos.

Entretanto, a classe trabalhadora, junto com a juventude e os aposentados e aposentadas, está reagindo a essa política feroz de ataques do governo e de vários setores reacionários do Parlamento. A deflagração de greves em várias categorias do serviço

público e do privado é uma demonstração dessa insatisfação. No Ceará, a greve dos docentes das Universidades Estaduais do Ceará contra a política de sucateamento das instituições no estado conseguiu avançar levando o governo, que se recusava a negociar, a abrir um GT para encontrar uma saída para o impasse. A fortíssima greve dos bancários se alastra por todo o país, com a reivindicação de reposição inflacionária e 5% de aumento real, em um setor que a patronal vem tendo lucros estratosféricos nos últimos anos.

A jornada de lutas dos dias 12, 13 e 14 desse mês de setembro foi um sinal poderoso da capacidade de organização e disposição dos trabalhadores e trabalhadoras de barrarem a política de ataque aos direitos trabalhistas, chancelada pelo ilegítimo governo Temer. A grande marcha na Esplanada, no dia 13 de setembro, reuniu mais de 10 mil manifestantes, vindos de todos os lugares do Brasil, organizados em diversas entidades sindicais e movimentos sociais. Há muito tempo não se assistia uma unidade tão forte, construída a partir de uma pauta comum, envolvendo diferentes setores da classe trabalhadora e da juventude. Um grito forte de luta, embalado pela cassação no dia anterior do corrupto deputado Eduardo Cunha na Câmara

dos Deputados, e por uma caminhada noturna de cerca de cinco mil ativistas exigindo a sua saída.

A grande marcha do dia 12 e o calendário de lutas aprovado na reunião ampliada chamada pelo Fórum Nacional dos Servidores Públicos, realizada logo após a marcha, indicando atividades de mobilização e paralisação no dia 22, contra a retirada de direitos sociais, e 29 de setembro, acompanhando a paralisação nacional dos metalúrgicos, que pode parar o setor produtivo do país, colocam em curso a construção da greve geral no Brasil, que será produto de uma ampla unidade de diversos setores da classe trabalhadora e da juventude, mobilizados nos mais diversos Fóruns em todo o país.

A greve geral deverá impulsionar uma mudança na correlação de forças entre a classe trabalhadora e o governo, que após a consumação do impeachment de Dilma Rousseff, procura acelerar a Contrarreforma do Estado, iniciada pelo governo anterior. O grito e a força dos indianos e indianas, do outro lado do mundo, ecoarão aqui também, e os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros irão mostrar o que de fato há em comum entre a classe trabalhadora do Brasil, da Índia e de outros países: a sua incansável capacidade de luta!

RUMO À GREVE GERAL!

Curta a nossa página no facebook e acompanhe nossas notícias!



[facebook.com/andessn](https://www.facebook.com/andessn)

Receba o InformANDES online toda semana! Envie um email para a gente!



suporte@andes.org.br

Siga-nos no twitter e acompanhe nossas notícias de forma mais rápida!



[twitter.com/andessn](https://www.twitter.com/andessn)

Entre no nosso site e acompanhe as nossas notícias diárias!



www.andes.org.br

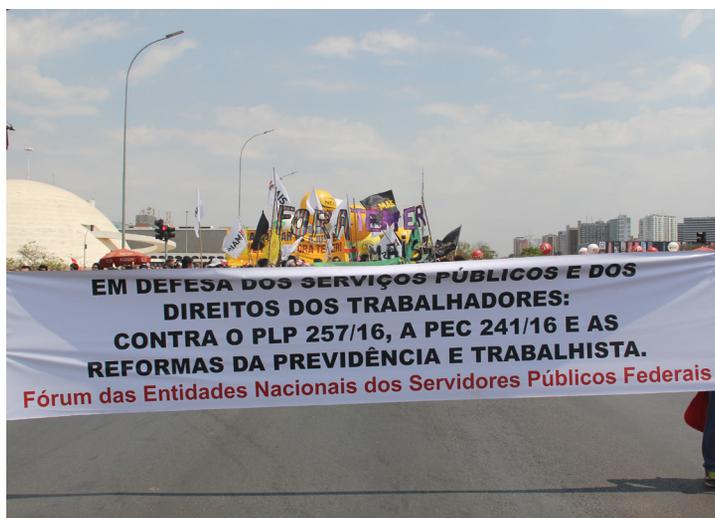
EXPEDIENTE

O Informandes é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor responsável: Giovanni Frizzo // Redação: Renata Maffezoli MTb 37322, Mathias Rodrigues MTb 10126, Bruna Yunes 9045 DRT-DF

Fotos: Renata Maffezoli, Mathias Rodrigues e Bruna Yunes // Edição: Renata Maffezoli // Diagramação: Renata Fernandes Drt -DF 13743

Mais de 10 mil pessoas, entre servidores públicos federais, estaduais e municipais, militantes de movimentos sociais e estudantes tomaram as faixas da Esplanada dos Ministérios, no dia 13 de setembro, durante marcha que integrou a Jornada de Lutas, organizada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) em unidade com as Centrais Sindicais.



Greves nas Iees marcam luta contra ajuste fiscal nos estados

Cortes nos orçamentos das universidades estaduais e municipais, que impactam as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e o ataque sistemático à autonomia das universidades são alguns dos problemas enfrentados nas instituições



TANIA REGO - AGENCIA BRASIL

Audiência pública para discutir a greve dos funcionários e professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, uma das instituições que realizou greve no país

Para intensificar o quadro de precarização das relações de trabalho, os docentes se veem diante do ajuste fiscal, que tem ampliado os ataques não apenas aos seus direitos, como do funcionalismo público e de toda a classe trabalhadora.

Alexandre Galvão, secretário-geral do ANDES-SN e um dos coordenadores do Setor das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (Iees/Imes), explica que este ano, além dos ataques recorrentes às instituições de ensino e carreira docente, a categoria enfrenta em diversos estados o descumprimento de acordos já firmados em anos anteriores e, ainda, mais uma ofensiva dos governos estaduais, com a não reposição inflacionária dos salários dos servidores, o que gerou, segundo ele, uma ampliação da unidade entre as categorias do serviço público nos estados.

"A negativa do governo em conceder a reposição inflacionária fomentou a articulação dos docentes das Iees e Imes

com o conjunto dos servidores públicos dos estados e este tem sido um exercício importante, pois ao mesmo tempo em que se pauta a defesa dos serviços públicos de qualidade, se pauta também a própria manutenção destes serviços", disse.

Para fazer frente aos tantos ataques às carreiras e aos serviços públicos - materializados no Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/16 e na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/16 -, os docentes e demais categorias do funcionalismo público estão se articulando e realizando protestos, paralisações e greves para barrar esses ataques. Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Amapá, São Paulo foram alguns dos estados nos quais os docentes em greve estiveram em unidade com os servidores no decorrer do ano, bem como na Bahia e Paraná, onde ocorre forte mobilização. No Ceará, os docentes completaram cinco meses de greve.

Para o coordenador do Setor das Iees/Imes, a articulação dos servidores públicos

foi fundamental para manter as greves fortes e mobilizadas. O diretor do ANDES-SN citou como exemplo dessa unidade, a greve geral protagonizada pelos docentes das universidades estaduais do Rio de Janeiro em conjunto com 33 categorias do funcionalismo público. O movimento paredista lutou bravamente contra a política de ajuste fiscal do governo do Rio, o sucateamento total dos serviços públicos e, também, pela reposição inflacionária. "Entendemos que as greves colocaram, de fato, os governos para negociarem melhores condições de trabalho e de carreira. Se não tivéssemos as greves, este ano, o processo de desmonte das universidades públicas estaduais estaria muito mais acelerado", alerta.

Rio de Janeiro

As universidades do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), da Estadual do Norte Fluminense (Uenf) e do Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (Uezo) realizaram uma das maiores greves

da história das instituições fluminenses. Após mais de quatro meses, e muita pressão do movimento docente, o governo do Rio liberou uma verba emergencial de manutenção de R\$ 13 milhões para a Uerj, que será seguida de cinco parcelas, de agosto a dezembro, de R\$ 10 milhões. Foram aprovados dois projetos que alteram os planos de carreira de professores e técnicos, criando quatro níveis de progressão para três categorias de docentes, que antes só tinham um nível, e a redução de três para dois anos no tempo exigido para a promoção dos técnicos. O governo se comprometeu a manter a negociação com relação à Dedicção Exclusiva (DE), estabelecendo um prazo até setembro para a sua conclusão. Um grupo de trabalho foi criado para procurar soluções para os problemas que assolam as universidades, defasagem salarial, posse de professores concursados, e orçamento reduzido.

Minas Gerais

Após mais de cem dias de mobilização, as greves das universidades do Estado de Minas Gerais (Uemg) e Estadual de Montes Claros (Unimontes) terminaram vitoriosas no que tange a questão dos direitos e carreira. O governo estadual usou de todas as armas para acabar com a luta, e recorreu a judicialização das greves, utilizando como justificativa o limite de gastos públicos estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A força do movimento fez com que o governo abrisse a negociação, e a saída da greve só se deu após a conquista da reestruturação de um plano de carreira adequado, o aumento da DE de 40% para 50%, a nomeação do atual concurso público e a publicação de novos editais e, entre outros, a oferta de 300 bolsas

para a assistência estudantil.

Mato Grosso

Os docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) suspenderam a greve que durava dois meses. Os professores decidiram voltar às aulas para concluir, o último mês letivo do semestre passado. Os servidores lutam pela recomposição da inflação de 2015 e cobram o pagamento integral da Revisão Geral Anual (RGA), fixada em 11,28%. O valor da RGA aprovado pela Assembleia Legislativa prevê pagar 7,36% de reposição salarial em três parcelas. Os outros 3,92% também seriam pagos no ano que vem, mas condicionados à LRF.

Amapá

De março a junho, docentes e técnicos da Universidade do Estado do Amapá (Ueap) estiveram em greve, que contou com o apoio dos estudantes da instituição, que chegaram a ocupar o prédio da Ueap exigindo melhorias na infraestrutura. Um acordo com o governo garantiu o recurso de R\$ 700 mil mensais para pagamento de pessoal, empresas terceirizadas e manutenção da infraestrutura do prédio.

São Paulo

Os docentes das universidades de São Paulo (USP), Estadual de Campinas (Unicamp) e Estadual de São Paulo (Unesp) encerraram a greve em São Paulo após interditos proibitórios, repressão policial e ameaça de corte de ponto dos funcionários grevistas por parte dos reitores e governo estadual. Os docentes mantém a mobilização, com assembleias permanentes, e a realização de debates e encontros sobre o desmonte das universidades estaduais paulistas. Entre as reivindicações, o fim dos cortes orça-

mentários nas universidades paulistas, reposição inflacionária nos salários e ganho real de 3%. Alegando queda na arrecadação do ICMS, o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) propôs um reajuste salarial de apenas 3%.

Ceará

A intransigência e o descaso do governo do Ceará frente à pauta de reivindicações dos docentes fez da greve dos docentes da Universidade Estadual do Ceará (Uece) e do Vale do Acaraú (UVA) uma das mais longas da história das instituições. A pauta de reivindicações do movimento grevista é composta, basicamente, por itens já acordados com o governo em 2015 e que não foram cumpridos. Em unidade com outras categorias dos serviços públicos, os docentes saíram às ruas para protestar também pela reposição inflacionária da perda salarial acumulada entre janeiro e dezembro de 2015, a equiparação salarial dos professores substitutos e a suspensão dos cortes de verbas de custeio das universidades.

Para o diretor do Sindicato Nacional, as greves realizadas nas estaduais foram importantíssimas para impulsionar alguns setores da classe trabalhadora que estavam “adormecidos” e não compreendiam, de fato, o que o ajuste fiscal significa para a carreira do servidor público e os serviços públicos. “Essas greves têm um caráter positivo de resistência, denúncia, e articulação com outros setores do serviço público, por isso, são tão importantes. Entendemos que apenas por meio da luta e das greves, é que conseguiremos que governos e reitorias omissas se posicionem e recuem deste processo de destruição das universidades”, disse o docente.

Criminalização das lutas

No dia 22 de agosto deste ano, a Bahia vivenciou novamente a violência e a repressão contra aqueles que exercem o seu direito democrático de livre manifestação. Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) foram agredidos por policiais responsáveis pela segurança do governador, durante inauguração de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), em Vitória da Conquista. Após o ato repressor, diversos protestos foram realizados pelos docentes das universidades das estaduais da Bahia (Uneb), de Feira de Santana (Uefs), de Santa Cruz (Uesc) e da própria Uesb, com o apoio de estudantes e técnico-administrativos, cobrando celeridade na investigação que apura as agressões, o fim da criminalização dos movimentos sociais, e a liberdade de manifestação e de expressão.



Os perigos da PEC 241/2016

ENQUANTO ISSO NO
AÇONGUE DOS DIREITOS...



Chamada de novo regime fiscal pelo governo Michel Temer, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional em junho deste ano, tem como principal objetivo congelar, por 20 anos, as despesas da União, limitando o reajuste ao índice de inflação do ano anterior. A medida visa garantir a geração de superávit primário para pagar os juros e amortização da dívida pública brasileira, que hoje consome cerca de metade do Orçamento da União. Com a medida, o governo federal penalizará milhões de brasileiros, que se beneficiam diretamente dos serviços públicos – como Educação, Saúde e Previdência –, para garantir o lucro de banqueiros e rentistas.

Redução orçamentária para áreas sociais

Serão inúmeros os impactos da redução orçamentária, principalmente, para as áreas sociais, caso a PEC 241/2016 seja aprovada. A proposta mudará os critérios dos valores mínimos aplicados em Saúde e Educação, que antes eram atrelados à

arrecadação, Receita Corrente Líquida (RCL) e com percentuais determinados na Constituição. Caso aprovada a PEC, os valores que já sofreram inúmeros cortes, serão corrigidos apenas pela inflação.

De acordo com o recente estudo técnico realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) sobre esse o novo regime fiscal e seus possíveis impactos, divulgado na nota técnica 161 de setembro de 2016, atrelar o orçamento de áreas tão importantes, ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) trará consequências nefastas para o gerenciamento do serviço público.

O Dieese simulou as consequências das regras propostas pelo governo federal caso elas tivessem sido implementadas nas áreas de Educação e Saúde desde o ano de 2003. O resultado revelou uma drástica redução de recursos aplicados em Educação, na ordem de 47%, no período de 2003 a 2015. Já em relação às despesas com Saúde, a redução seria de 27%. Em valores reais, significaria R\$ 377,7 bilhões e R\$ 295,9 bilhões a menos investidos

nessas áreas, respectivamente.

PEC 241 é gatilho para Reforma da Previdência

Outros fatores que não podem ser desprezados, segundo o estudo, são as questões demográficas, como o crescimento e o envelhecimento da população, que refletem em um aumento natural das demandas sociais por Educação e Saúde e outros serviços públicos, como a Previdência Social.

“Considerando a grande carência da sociedade brasileira por serviços públicos, o congelamento real das despesas primárias por um período de 20 anos, tal qual definido pela nova regra, poderá comprometer ou até mesmo não assegurar a todos o atendimento mínimo desses serviços”, alerta o Dieese.

No caso da Previdência Social, cujas despesas são obrigatórias, o estudo aponta que “pode-se prever que a expansão de gastos em algumas funções irá implicar em redução de outras, para que o montante total se acomode dentro do limite”.

Críticos da PEC 241/2016 afirmam

que ela é uma espécie de gatilho que, uma vez aprovada, forçaria a Reforma da Previdência. Com o congelamento do gasto público, e o desvio de até 30% dos recursos da Seguridade Social autorizados pela Desvinculação de Receita da União, a possibilidade de reforma da Previdência, sob a justificativa de um falso déficit, seria muito alta, inclusive por pressão da sociedade. Qualquer nova aposentadoria só poderá ser paga com o corte de outra despesa do governo, ou à medida que os atuais aposentados e pensionistas deixem de receber seus benefícios, por exemplo, quando falecerem.

Salários

A aprovação da PEC 241 terá impacto direto também no poder aquisitivo dos trabalhadores, tanto da iniciativa privada quanto do setor público. Uma das possíveis consequências, caso a proposta seja aprovada, será a revogação ou alteração da política de valorização do salário mínimo, implementada em 2007 e responsável pelo crescimento da renda média do trabalhador brasileiro, além da desvinculação do reajuste dos benefícios da seguridade social deste patamar básico.

No caso dos servidores públicos, atualmente a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina que os critérios de aumento dos gastos com pessoal se deem com base na Receita Corrente Líquida (RCL). Com a aprovação da PEC, a despesa com pessoal seria corrigida apenas pela inflação, o que inviabilizaria o reajuste salarial no setor público. A base do cálculo seria de 2016, ano de baixa arrecadação em função da crise econômica que assola o país.

Penalidades ao descumprimento da regra

Caso haja descumprimento ao limite de gastos, os órgãos ou Poderes Públicos serão penalizados nos anos seguintes com a proibição de ações que aumentem o gasto público, entre elas, o reajuste salarial de servidores públicos; criação de cargo, emprego ou função; alteração de estrutura de carreira; a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de

chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa e aquelas decorrentes de vacâncias de cargos efetivos; e a realização de concurso público.

Tubarões

Um dos objetivos no enxugamento das receitas repassadas à Saúde, Educação e Previdência é favorecer a atuação de empresas privadas nessas áreas. A precarização e extinção de serviços públicos levaria a população a recorrer aos serviços privados e justificaria também a contratação desses serviços pelo Estado.

A política do Estado mínimo, que transfere as atribuições do Estado para a iniciativa privada, ocorre há décadas no país. No caso da Educação, são frequentes as transferências exorbitantes de repasses de dinheiro público para o Pronatec, Fies e Prouni, enquanto as instituições públicas de ensino superior são cada vez mais preteridas.

Na Saúde, os ataques ao Sistema Único de Saúde (SUS), com cortes de recursos, contratações via organizações sociais, privatização dos Hospitais Universitários através da Empresa Brasileira de Serviços

áreas essenciais, traz também a autorização para isentar as empresas estatais não dependentes de tal congelamento. Em seu parágrafo sexto, inciso V a PEC especifica que não se incluem nos limites previstos as “despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes”.

A legalização de tais modelos de empresa está prevista no PLS 204/2016, que autoriza os entes da federação, mediante autorização legislativa, ceder direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais, inscritos ou não em dívida ativa, a pessoas jurídicas de direito privado.

A finalidade deste projeto, segundo denúncia da Auditoria Cidadã da Dívida, é legalizar um esquema de geração de grandes somas de dívida pública, ocultado sob a propaganda de antecipação de receitas por meio da securitização de créditos de dívida ativa e outros. O esquema utiliza a venda de debêntures de empresas estatais não dependentes criadas para esse fim.

Questionamentos

De acordo com o Dieese, a proposta de fixação do valor real das despesas ao patamar de 2016 incita uma questão importante não explicitada pelo governo: em caso de recuperação da arrecadação, com possível retorno de aumentos reais da receita como se verificou ao longo de vários anos na última

década, qual deverá ser o destino do superávit? Seria utilizado na amortização da dívida pública ou na redução de impostos? O que parece ficar evidente é que as medidas apresentadas seguem a linha de redução do papel do Estado. A limitação dos gastos públicos determinará, também, a limitação das funções do setor público enquanto fomentador de investimentos, provedor de direitos sociais fundamentais e garantidor de distribuição da renda.

E mesmo que privatize todas as empresas estatais, os recursos que ingressarem serão destinados ao pagamento de juros e amortização da dívida, que não estarão sujeitos ao teto de gastos.

De acordo com a economista Laura Carvalho, em artigo publicado no site Outras Palavras, com a aprovação da PEC 241/16, se o PIB brasileiro crescer nos próximos 20 anos no ritmo dos anos 1980 e 1990, passaríamos de um percentual de gastos públicos em relação ao PIB da ordem de 40% para 25%, patamar semelhante ao verificado em Burkina Faso ou no Afeganistão. E, se crescêssemos às taxas mais altas que vigoraram nos anos 2000, o percentual seria ainda menor, da ordem de 19%, o que nos aproximaria de países como o Camboja e Camarões.

Hospitales (Ebserh), e as relações escusas entre governos e as seguradoras de plano de saúde criaram um mercado extremamente lucrativo ao Capital, mas que pouco atende aos interesses da população. No caso da Previdência, não é diferente. Para defender a “sustentabilidade” da Previdência Social, governos usam da falácia do rombo causado pelas aposentadorias e pensões, para justificar a redução de benefícios, criam barreiras para a aposentadoria e estimulam o investimento em Fundos de Pensão privados.

Empresas não dependentes

Enquanto a PEC 241 propõe uma série de limitações e cortes de recursos para

Direitos sociais são atacados como "grandes vilões" do progresso

“Uma mentira contada mil vezes se torna verdade”, Joseph Goebbels, ministro de Propaganda do governo alemão de 1933-45

Desde que os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários foram assegurados no corpo da lei, depois de ampla luta dos trabalhadores brasileiros, os mesmos estão sob constante ameaça. Em um processo cíclico de crise do sistema capitalista, garantias constitucionais como acesso universal e gratuito à saúde e educação públicas, com o financiamento mínimo estabelecido na Constituição Federal, os direitos de aposentadoria e as normas mínimas que regulamentam as relações de trabalho passam a ser vistos como “pesos” para o país.

No entanto, com o acirramento da crise política e financeira, intensificaram também os ataques. Agora, esses, e outros direitos, que já estavam sendo vilipendiados, passaram de “problemas” a grandes vilões da estabilidade econômica e do crescimento da nação. E, como vilões, devem ser exterminados.

O enredo que traz a inquisição da Consolidação das Leis Trabalhistas, da Previdência Social, do ensino público e das instituições que o ofertam, começou a ser construído em novembro de 2015. Olhando para o passado, pode-se dizer que o programa “Uma ponte para o futuro”, apresentado pelo PMDB - partido do então vice-presidente Michel Temer -, seria um ‘spoiler’ ou um alerta do que estava por vir (confira no box).

E, embora o cenário já estivesse sendo construído para o desenrolar de alguns capítulos dessa história, foi só depois da manobra parlamentar, jurídica e midiática, que conduziu Temer à presidência, que o discurso para o convencimento da opinião pública, da necessidade de pôr fim a esses vilões para salvar o país, foi amplificado. Apesar de muitas das medidas ainda não terem sido apresentadas de forma concreta, integrantes do governo Temer, e o próprio presidente, têm anunciado algumas das armas que o governo ilegítimo usará para exterminar as ameaças ao desenvolvimento da nação.

Os anúncios têm servido como testes de audiência. A resistência nas ruas por parte dos trabalhadores, entidades sin-

dicais e movimentos sociais, e a rejeição da própria opinião pública, às propostas como flexibilização total dos direitos trabalhistas, o aumento da idade mínima para aposentadoria, terceirização irrestrita fizeram o Executivo adiar o lançamento oficial das reformas da Previdência e Trabalhista.

No entanto, já encaminhou, ao Congresso Nacional, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, que congela os gastos sociais por 20 anos e é parte fundamental dessa trama que, de acordo com diversos juristas, pesquisadores e representantes de entidades sindicais, irá consolidar a “ponte para o passado” nas relações trabalhistas e condição de vida dos brasileiros.

Modernização ou retrocesso?

Desde que assumiu a presidência da República, Michel Temer, e vários de seus ministros têm reiterado a necessidade de realizar uma grande reforma Trabalhista no país, que “modernize” a CLT, diminuindo o desemprego e retomando o crescimento da economia brasileira. A medida é considerada uma das prioridades do governo.

Mas, ao contrário do bonito discurso do presidente brasileiro, as consequências de uma reforma Trabalhista, nos moldes como vem sendo anunciada, serão nefastas para grande parte da população. Entre as informações divulgadas por representantes do governo à imprensa brasileira nas últimas semanas, foram citados três eixos do projeto que seria enviado para apreciação do Congresso Nacional ainda esse ano: a sobreposição do negociado sobre o legislado, a terceirização irrestrita e a criação de novas formas de contratos de trabalho.

Algumas mudanças que estão no arcabouço da reforma já estão tramitando no Parlamento, em projetos de lei como o PLC 30 (antigo PL 4330 já aprovado na Câmara) e o PLS 87/2010, que tratam da terceirização; o PL 4962/2016, que propõe a prevalência do negociado sobre o legislado, entre outros, que aparecem também na Agenda Brasil, apresentada,

em 2015, por Renan Calheiros, presidente do Senado, como saída para a retomada do crescimento da economia do país.

Jorge Luiz Souto Maior, juiz do Trabalho e docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), é um dos especialistas que levanta a voz contra a Reforma Trabalhista. Segundo o jurista, a proposta especulada vem para atender o interesse do empresariado, que vislumbra uma redução nos custos de produção e ampliação da exploração da força trabalho, o que não significa melhorias nas condições de vida e de trabalho dos brasileiros, e, sim, o contrário.

“Imaginar que você vai, por exemplo, solucionar a questão do desemprego com aumento da jornada de trabalho, que é uma das coisas que estão colocadas na proposta de Reforma, é algo contraditório e inconcebível. Só se combate o desemprego com redução da jornada. O aumento de jornada como projeto político favorece o desemprego, acumulação de riqueza e o aumento da desigualdade social”, critica o docente.

Para Jorge Luiz Souto Maior, um dos grandes objetivos é favorecer a concorrência em nível internacional. “Quem ganha com isso não é a economia nacional ou um projeto de nação. Mas sim o capital estrangeiro, que está aqui no Brasil, e, conseqüentemente, o mais-valor extraído dessa redução de custo vira um capital acumulado, que não fica no Brasil e tende a ir para os países de origem. A Reforma é também, então, um projeto de entrega da força produtiva nacional. Ou seja, é antinacionalista e neoliberal, para favorecimento de alguns interesses do capital, mas não da economia nacional”, avalia.

Sob o argumento de modernização, o governo retoma de forma explícita e objetiva o processo de contrarreforma do Estado, elaborado pelo então ministro do governo Fernando Henrique Cardoso, Bresser Pereira, na década de 90.

Eblin Farage, presidente do ANDES-SN, alerta que a tentativa de modificar a CLT, em conjunto com a reforma da Previdência, a diminuição dos gastos da União, prevista na PEC 241/16 e no PLP 257/16, a privatização e abertura à ex-

ploração do capital estrangeiro da Saúde, educação e infraestrutura do país, são passos concretos rumo à contrarreforma do Estado, nos moldes clássicos do Neoliberalismo. “A Reforma Trabalhista vem para retirar direitos dos trabalhadores e, a partir disso, garantir a taxa de lucro dos patrões. É necessário combater esse ‘pacote de maldades’, contido nessa e em outras medidas semelhantes, para que possamos defender os serviços públicos, os servidores públicos e os trabalhadores em geral”, afirma Eblin, lembrando que infelizmente o processo não é exclusivo à realidade brasileira.

O negociado sobre o legislado

De acordo com as proposta de reforma, e com projetos que já tramitam no Congresso, as negociações entre sindicatos e patrões sobreporiam a legislação trabalhista, mesmo quando excluíssem ou rebaixassem direitos garantidos em lei. Na prática, isso significa que, em uma negociação desigual, empresários vão poder retirar direitos, para aumentar suas taxas de lucro. Mudança semelhante da lei já foi cogitada recentemente através do Acordo Coletivo Especial (ACE), que surgiu no final de 2011, como proposta do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC de São Paulo, sob o argumento de garantia dos postos de trabalho.

O ACE tramita na Câmara dos Deputados como PL 4193/2012, apresentado pelo deputado Irajá Abreu (PSD/TO). Após grande mobilização dos trabalhadores, o projeto chegou a ser arquivado, mas foi retomado e desde agosto do ano passado está nas mãos do relator da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), deputado Silvío Costa (PSC-PE) para reexame do parecer.

Segundo Souto Maior, o governo não quer assumir as responsabilidades, política e histórica, desse aumento da exploração da classe trabalhadora, e usa dessa estratégia para transferir o ônus da retirada de direitos aos trabalhadores, por meio da ilusão da negociação. “Eles dizem: a redução de direitos não virá de forma imposta, e sim por uma aceitação. A própria classe trabalhadora vai, pela via comercial, decidir isso. Então, se isso algum dia der errado, e vai dar, eles não vão assumir a responsabilidade, afinal de contas, foi a classe trabalhadora que aceitou. E a classe trabalhadora tende a aceitar, e eles sabem disso, e isso significa diminuir a proteção jurídica dos trabalhadores conquistada a partir de muita luta”, afirma o professor de direito da USP.

O jurista reforça que, diante da atual conjuntura de crise econômica e desemprego, com uma carga midiática reforçando o discurso que responsabilizará os trabalhadores por perderem seus empregos caso não aceitem os acordos, haverá, também, pressão por parte dos trabalhadores para que suas entidades sindicais aceitem acordos rebaixados ou que retirem direitos. “O negociado prevalecer sobre o legislado não significa que o negociado seja melhor que o legislado. Ao contrário, é uma estratégia política muito forte de fragilização da classe trabalhadora”, completa.

Eblin Farage comenta também que o discurso do desemprego deve intensificar a competição por postos de trabalho, além de dificultar ainda mais a mobilização das categorias. “Essa proposta prejudica sobremaneira a organização sindical. Quem lucra com isso são os patrões e a burocracia sindical”, diz a presidente do ANDES-SN.

Novos contratos e flexibilização de jornada

De acordo com o divulgado por vários veículos de comunicação, fazem parte da lista de ‘direitos ultrapassados’ que precisam ser “modernizados” as férias remuneradas, 13º salário, adicional noturno e de insalubridade, salário mínimo, licença-paternidade, auxílio-creche, descanso semanal remunerado e FGTS, além dos modelos de contratos vigentes e a jornada máxima de 8 horas diárias. Em julho, após reunião com Temer, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, passou o recado do que agradaria o empresariado. “Vimos agora o governo francês, sem enviar ao Congresso Nacional, tomar decisões com relação às questões trabalhistas. No Brasil, temos 44 horas de trabalho semanal. As centrais sindicais tentam passar esse número para 40. A França, que tem 36, passou para a possibilidade de até 80 horas de trabalho semanal [sic: são 60 horas] e até doze horas diárias de trabalho. A razão disso é muito simples”, argumentou. A fala repercutiu de maneira tão negativa, que horas depois a CNI emitiu nota dizendo que Andrade fora mal interpretado pelos jornalistas. Porém, no início de setembro, após intensa propaganda midiática, tanto Andrade quanto o Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, reafirmaram a proposta de ampliação da jornada para 12 horas diárias de trabalho.

Além da flexibilização da jornada, de



Alerta de “Spoiler” ou Ponte para o Futuro

Confira trechos do programa “Uma Ponte para o Futuro”, divulgado em novembro de 2015 pelo PMDB, com o objetivo de “preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento, devolvendo ao Estado a capacidade de executar políticas sociais que combatam efetivamente a pobreza e criem oportunidades para todos”.

De acordo com o programa, “é necessário em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação, em razão do receio de que o Executivo pudesse contingenciar, ou mesmo cortar esses gastos em caso de necessidade, porque no Brasil o orçamento não é impositivo e o Poder Executivo pode ou não executar a despesa orçada”.

“Outro elemento para o novo orçamento tem que ser o fim de todas as indexações, seja para salários, benefícios previdenciários e tudo o mais. A cada ano o Congresso, na votação do orçamento, decidirá, em conjunto com o Executivo, os reajustes que serão concedidos. A indexação dos gastos públicos agrava o ajuste em caso de alta inflação. Nunca devemos perder de vista que a maioria da sociedade não tem suas rendas indexadas, dependendo sempre do nível de atividade econômica para preservar seu poder de consumo. [...] Quando a indexação é pelo salário mínimo, como é o caso dos benefícios sociais, a distorção se torna mais grave, pois assegura a eles um aumento real, com prejuízo para todos os demais itens do orçamento público, que terão necessariamente que ceder espaço para este aumento”, prossegue em outro trecho do documento de 19 páginas.

Ao final, elenca 11 itens fundamentais para a implementação do programa, entre os quais “executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno a regime anterior de concessões na área de petróleo, dando-se a Petrobras o direito de preferência”.

acordo com declarações de Nogueira, serão criados dois novos tipos de contrato de trabalho: o trabalho parcial, em que o trabalhador deverá comparecer na empresa somente em dias preestabelecidos; e o trabalho intermitente, no qual o empregador convocará o trabalhador quando necessário. A medida irá regulamentar modelos de contratação hoje informais, permitindo que um número maior de trabalhadores tenham contratos rebaixados e mais instáveis.

A proposta também permite a generalização de outra característica do mercado de trabalho informal, que é o fim das folgas remuneradas. Isso porque as empresas pagarão somente as horas trabalhadas, não sendo obrigadas a remunerar o proporcional de horas de descanso. Com uma escala intermitente, é possível que esse descanso sequer ocorra, pois o patrão convocará o trabalhador conforme sua necessidade.

O docente da Faculdade de Direito da USP critica duramente a criação dessas novas formas de contrato de trabalho. “Dentro da lógica individualista prevista nessa Reforma, se acopla a proposta dos contratos de trabalho diferenciados, que estimulam a concorrência dentro da classe trabalhadora pelos postos de trabalho e pela lógica da inserção precária. Se você soma as propostas, o resultado dessa conta é a extinção do conceito de classe,

e a introdução desses elementos individualistas, egoístas e concorrenciais no seio dos trabalhadores – o ideário neoliberal de exploração do trabalho”, afirma o juiz.

Ele ressalta ainda que essas alterações têm por objetivo ainda mudar o conceito de trabalho análogo à escravidão, para permitir a ampla e irrestrita exploração do trabalhador. “Já existe uma noção no Brasil, por grande parte do empresariado, de que direitos trabalhistas não devem ser, de fato, respeitados. Há empregadores que chegam à justiça sem pagar horas extras, sem registrar os trabalhadores, sem recolher FGTS, e isso é visto como algo sem muita relevância ou importância. Os empresários não se sentem constrangidos em não pagar ou atrasar salários”, comenta.

Embora ainda restritas ao setor privado, as medidas também ameaçam os trabalhadores do serviço público, uma vez que, se aprovadas as legislações que preveem a terceirização irrestrita, as contratações por concursos públicos dentro do Regime Jurídico Único – que já estão ameaçadas pela PEC 241 e pelo PLP 257 – correm risco de extinção.

A farsa da Previdência

A máxima atribuída a Joseph Goebbels, ministro de Propaganda do governo alemão nazista, “uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade” descreve

com maestria o tão alardeado déficit da Previdência Pública. Repetido quase que cotidianamente desde o final dos anos 1990, para justificar a contrarreforma do Estado e a alteração nas regras de aposentadoria, o falacioso rombo vem legitimando ataques à previdência desde o primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007), quando foi aprovada a primeira reforma da previdência pós Constituição de 1988.

Atualmente, a farsa do déficit vem acompanhada do distorcido discurso da elevação da expectativa de vida para justificar o aumento da idade mínima de aposentadoria, o fim da diferenciação entre gênero – com aumento da idade mínima para mulheres –, além da desvinculação do reajuste da aposentadoria ao reajuste do salário mínimo.

No entanto, a justificativa de déficit é rebatida por diversos estudiosos do tema e também por entidades dos movimentos sindical e social. Seguindo os preceitos constitucionais, a alegação do déficit é inverídica. A Constituição prevê um sistema de Seguridade Social, composto pela Previdência Social, Saúde e da Assistência Social, com orçamento próprio alimentado por recursos vindos de tributos criados especificamente para essa finalidade, que não é colocado em prática.

Em sua pesquisa de doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Denise Gentil mostra, com dados oficiais, que a previdência no Brasil não é deficitária. Ao contrário, anualmente, sobra dinheiro no sistema público que garante aposentadorias e pensões a 32 milhões de trabalhadores. A diferença entre os números declarados pelo governo para justificar o déficit e os dados apontados por diversos estudos está na forma de cálculo.

Enquanto os valores divulgados pelo governo apontam em 2015 um saldo negativo de R\$ 85 bilhões, de acordo com reportagem da revista Poli (Ficoruz), no mesmo ano as planilhas da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) anunciam um superávit de R\$ 24 bilhões (em 2014, foi de R\$ 53,9 bilhões). “O governo faz um cálculo muito simplório. De um lado, pega uma das receitas, que é a contribuição ao INSS, dos trabalhadores, empregadores, autônomos, trabalhadores domésticos, que é o que a gente chama de contribuição previdenciária. Do outro, pega o total do gasto com os benefícios: pensão, aposentadoria, todos os auxílios – inclusive auxílio doença, auxílio-maternidade,

Viver mais faz mal aos cofres públicos



Uma das medidas mais alardeadas na reforma da Previdência é o “estabelecimento de uma idade mínima para aposentadoria”. O governo inclusive desconhece que já existem limites para o benefício fixados tanto por idade, quanto por tempo de contribuição. O argumento para a mudança é que a população brasileira está envelhecendo e, em cerca de 30 anos, isso vai tornar o sistema insustentável. A justificativa da pressão demográfica não é nova e também já foi usada pelo governo de Dilma Rousseff para traçar as primeiras linhas da reforma. No entanto, é rebatida por Vilson Romero, presidente da Anfip, também em entrevista à Revista Poli. Ele explica a ‘malandragem’ no discurso governamental está em divulgar apenas a “média” da expectativa de vida, e ressalta que a maioria dos brasileiros que vivem sob condições precárias de trabalho morre antes de fazer jus à aposentadoria.

auxílio-acidente e diminui. Então, isso dá um déficit”, explica Denise Gentil, em entrevista à Poli.

O governo, segundo Denise, desconsidera para o cálculo as receitas provenientes da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), Contribuição sobre o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do PIS-Pasep. Contadas apenas as contribuições previdenciárias, a receita bruta da previdência em 2014 foi de R\$ 349 bilhões para pagar R\$ 394 bilhões em benefícios, o que dá um déficit de R\$ 45 bilhões – ainda assim muito menor do que o anunciado pelo governo. Quando, no entanto, se considera a receita total, incluindo os mais de R\$ 310 bilhões arrecadados da CSLL, Cofins e PISPasep, esse orçamento pula para R\$ 686 bilhões.

Considerando que a soma dos gastos federais nas três áreas cobertas pela Seguridade Social totalizou, em 2014, R\$ 632 bilhões, ainda sobram R\$ 54 bilhões. Para onde foram? A Desvinculação de Receitas da União (DRU), instrumento criado em 1994 para facilitar o uso do orçamento das diversas áreas na geração de superávit primário, atinge diretamente a Previdência e a Seguridade Social. A DRU previa a desvinculação de 20% das receitas de impostos e contribuições destinadas às despesas originalmente previstas. Com isso, parte do dinheiro arrecado para a Previdência é utilizado para o pagamento de juros e amortização da dívida pública. Em agosto, o percentual de desvinculação foi elevado para 30%, o que aumentará o desvio de recursos destinados às aposentadorias e pensões para à dívida pública, elevando o suposto ‘déficit’.

A presidente do ANDES-SN, Eblin Farage, avalia que, caso o governo não fizesse a opção política pela destinação desses recursos para o ralo da dívida pública, a Previdência seria superavitária. “Longe de uma diferença de cálculo, isso é uma diferença de concepção. Os sucessivos governos vêm retirando dinheiro da Previdência para o pagamento de juros e amortização da dívida, favorecendo bancários e o sistema financeiro. A prioridade desse governo ilegítimo não é o trabalhador”, denuncia.

Jornada de lutas

Para a presidente do ANDES-SN, a única alternativa dos trabalhadores desconstruir essa trama, tornado-se protagonistas da história e resistindo nas ruas a essas reformas e aos outros ataques. “Só a organização coletiva dos trabalhadores, com os docentes articulados com as

demais categorias, poderá impedir essa brusca retirada de direitos. Temos que construir, nas ruas, mobilizações, tais quais as paralisações de 22 e 29 de setembro, caminhando rumo à greve geral”, avalia Eblin.

Com esse fim, mais de 10 mil servidores públicos federais, estaduais e municipais, estudantes e militantes de movimentos sociais participaram, entre os dias 12 e 14 de setembro, das diversas atividades que compuseram a Jornada de Lutas,

em Brasília (DF). A Jornada foi organizada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), em conjunto com as centrais sindicais. Após dois dias de manifestações, o Fonasefe realizou uma reunião ampliada, que apontou a adesão dos servidores públicos às mobilizações dos dias 22 e 29 de setembro, nos quais milhares de trabalhadores foram às ruas contra a retirada de direitos, o ajuste fiscal, pelo Fora Temer e na perspectiva de construção da greve geral.

Direitos trabalhistas também são “vilões” no cenário europeu

A tentativa dos governantes e empresários de retirar direitos trabalhistas não é exclusiva do Brasil. Portugal viveu processo semelhante no início dessa década, com nova legislação que permitia, de modo semelhante ao que o governo Temer propõe, modificar as jornadas de trabalho, criando contratos de trabalho precários e massificando as demissões.

O cenário, alguns anos depois da reforma, não é nada animador para os portugueses. A Confederação do Comércio e Serviços admitiu, em 2014, que após três anos da nova legislação, o setor privado estava contratando trabalhadores com salários em média 20% menores do que antes das alterações.

A reforma afetou também os trabalhadores do setor público, como foi o caso dos docentes universitários portugueses, que deixaram de ser considerados servidores públicos. “Hoje, as universidades portuguesas são mercantilizadas. Ao final de cada ano letivo, os

docentes têm de “vender” seus cursos e aulas, sem quaisquer garantias de que terão vínculo empregatício. Isso fragilizou, também, a organização sindical. Há 10 anos os docentes portugueses não conseguem organizar uma greve, apesar da crescente retirada de seus direitos”, afirma Eblin Farage.

Na França, trabalhadores e movimentos sociais combatem há meses, com greves e manifestações, a tentativa do governo de impor uma reforma Trabalhista. Como não conseguiu maioria no Congresso, François Hollande, presidente da França, aprovou o projeto por decreto no mês de maio. Desde então, a resistência dos trabalhadores à medida, e ao governo, só cresceu.

Entre as propostas da reforma Trabalhista francesa estão: o aumento da duração máxima do trabalho diário de 10 para 12 horas; aumento da jornada semanal máxima de trabalho de 48 para 60 horas; a diminuição do pagamento de horas-extras, entre outras.



"Temer é capaz de regredir lei trabalhista à época da escravidão", diz Ricardo Antunes

Em entrevista concedida ao Brasil de Fato, e reproduzida de forma editada pelo Informandes, Ricardo Antunes, professor de Sociologia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) discorre sobre as ofensivas neoliberais, em uma nova etapa da crise do capital mundial. Confira.

A reforma trabalhista que é defendida pelo governo de Michel Temer tem o intuito de "modernizar" uma legislação considerada "rígida" e antiga da década 1940. Ela é necessária no Brasil hoje? Por quê?

RICARDO ANTUNES: primeiro ponto é que dizer que a proposta de reforma vem para

modernizar é pura ideologia, uma pura falácia. Ela é, na verdade, uma contrarreforma. O seu sentido essencial não tem nenhum sentido de modernizar, mas simplesmente de ampliar as formas de superexploração do trabalho no Brasil em todos os níveis e em todas as atividades. [...] A CLT, que diz respeito à legislação social trabalhista, foi uma conquista da classe trabalhadora, no concerne a legislação social trabalhista. Essa legislação consubstancia as lutas da década de 1910, 1920 e, especialmente, 1930. Na minha dissertação de mestrado estudei com detalhe o movimento operário brasileiro nos anos 1930 e todas as reivindicações que a classe trabalhadora fazia nas greves. De certo modo, Getúlio [Vargas] as incorpora na CLT e diz que é um presente dele para os pobres, uma dádiva, um estado benfeitor - o que é uma falsidade. Em verdade, ele atende a uma reivindicação das classes trabalhadoras. Por outro lado, a CLT que diz respeito à legislação sindical, é predominantemente negativa e coibidora da autonomia e da liberdade sindicais, porque atrelou o sindicato ao Estado.

Então dizer que destruir a CLT é para modernizá-la é uma falsidade. Se a moda pega, e se deixarmos - fazendo uma provocação - o governo Temer é capaz de fazer com que a legislação social do Trabalho regreda a 1888, ou seja, à época de escravidão.

Como essa mudança proposta aqui está relacionada com a posição do Brasil na nova divisão internacional do trabalho?

RA: Está profundamente ligada. Desde pelo menos os anos 1970, houve uma redivisão, onde os países capitalistas avançados detêm as tecnologias avançadas, a "produção limpa". Toda a "produção suja, destrutiva", fundada em níveis intensificados de superexploração do trabalho, estão desenhadas para o sul do mundo - que vai do continente latino-americano ao continente asiático, passando pela África. As economias de ponta, a concepção tecnocientífica e os laboratórios estão nos países capitalistas do norte. A produção destrutiva, a superexploração do trabalho, a degradação ambiental, a devastação das condições da população trabalhadora estão mais intensamente desenvolvidas e aplicadas no Sul.

Os trabalhadores de países do norte, como Espanha, e mais recentemente França, também sofrem ameaças aos seus direitos trabalhistas. Como podemos entender este movimento do capital?

RA: O sistema global do capital hoje, ou o capitalismo mundializado, se quisermos assim dizer, se fundamenta na hegemonia do capital financeiro. E o capital financeiro impõe uma exploração do trabalho em todos os espaços e em todas as esferas do mundo. As tendências de precarização do trabalho estão em toda a Europa.

Em todos esses países, as grandes transnacionais e grandes corporações pressionam os governos para que eles tomem medidas no sentido de destruir a legislação social protetora do trabalho. Na Itália, na Espanha, na Grécia, na Alemanha, na Inglaterra, nos Estados Unidos, em Portugal. Não há um país que fuja desse cenário.

A terceirização é o sonho dos capitais. Se os capitais conseguem a terceirização total, como querem fazer no Brasil, em todos os



ANTONIO FERREI

ramos de atividade econômica será possível terceirizar. Isso é o melhor do mundo para o capital, porque ele diminui seus custos, aumenta o nível de exploração do trabalho - nas áreas onde já existe a terceirização os trabalhadores e trabalhadoras recebem menos - e aumenta-se a divisão da classe trabalhadora. Eles querem dividir a classe trabalhadora e terceirizar ilimitadamente, quarteirizar fatiando e fragmentando ainda mais a classe trabalhadora.

Há uma impulsão das 400 ou 500 transnacionais que dominam o mundo para a criação de um mercado global de trabalho absolutamente flexível e desregulamentado. No Reino Unido, os zero-hour contracts, os chamados "contratos de zero horas", atingem hoje mais de um milhão de trabalhadores e trabalhadoras, especialmente no setor de serviços - médicos, enfermeiros, cuidadores, trabalhadores de transporte privado como o Uber e tantos outros. [Esses contratos] são formas de assalariamento disfarçado. Quando um trabalhador assina um contrato de zero hora na Inglaterra, ele não tem hora pré-determinada a cumprir. Mas, se ele recebe um chamado, ele é obrigado a atender e fazer. Ele ficou dez dias esperando, só recebeu um chamado e ele não recebe pelos outros dias que ficou esperando, embora tenha ficado em disponibilidade para o trabalho. É um emprego fundado numa relação completamente desprovida de regulamentação e que leva à escravidão moderna da Era digital.

E essa informalização e precarização é mais intensa em países onde a resistência sindical é menor. E ela é menos intensa, a flexibilização total, onde há maior resistência sindical. Você sabe que nos últimos dois meses houve uma luta muito importante na França para tentar impedir uma medida destrutiva tomada pelo - pasme você - "governo socialista" de Hollande, que na verdade é um governo social-democrata de matriz neoliberal completamente perverso em relação à classe trabalhadora.

Por que na França temos visto essa escalada da resistência e aqui não temos algo parecido? Tem alguma relação com o enfraquecimento dos sindicatos?

RA: Claro que a França tem uma tradição sindical mais consolidada que a nossa. Mesmo que os sindicatos lá não sejam todos combativos, classistas e de esquerda, a medida que os direitos foram consolidados desde a Revolução Francesa, depois as Revoluções de 1848, a Comuna da Paris em 1871, as lutas do século XX, tudo isso fez com que houvesse uma regulamentação sólida do trabalho. E os sindicatos não aceitam sua destruição sem luta.

No caso brasileiro, não é que não luta. Mas os sindicatos sofreram muito neste período. Vou dar um exemplo puramente quantitativo do ABC Paulista. Na época áurea das greves de 1978-1980, existiam mais de 200 mil ope-

rários metalúrgicos. Seis ou sete empresas automobilísticas tinham 60% da mão de obra no ABC Paulista. Hoje, com a desindustrialização e com as mudanças das plantas de São Paulo para o Nordeste e do Nordeste para áreas onde a exploração do trabalho é ainda mais intensa, como a China, os sindicatos perderam muita base.

E nasceram muitas categorias novas que não têm propriamente experiência ou tradição sindical. O telemarketing no Brasil, que hoje tem mais de um milhão de pessoas, é muito amplo e há burla enorme porque a terceirização é ilimitada. A desregulamentação é completa, como também ocorre na indústria do têxtil em São Paulo onde um contingente de trabalhadores latino-americanos e haitianos entram no processo de trabalho em condições marcadas pela informalidade, pela terceirização, pela ausência de direitos, pela precarização ilimitada. Em alguns casos chega a configurar trabalho escravo para grandes transnacionais. É evidente que essas novas categorias ou esses novos setores da classe trabalhadora não conseguem criar um sindicato de uma hora para outra.

E, no Brasil, há ainda um problema mais complicado porque nós temos milhares de sindicatos do lado patronal e mais ainda outros milhares que dizem representar a classe trabalhadora, mas muito deles são sindicatos pelegos, puramente dotados de uma condição patronal para se apropriar de um imposto sindical e de outros recursos que a legislação sindical brasileira tristemente ainda preserva. O caso mais espetacularmente trágico disso é o imposto sindical, criado pela Ditadura Vargas no final da década de 1930 e permanece até hoje sendo que muitos sindicatos e federações recebem o imposto sindical praticamente sem organizar ou, de fato, desorganizando a classe trabalhadora.

Mas eu não tenho dúvidas que há exemplos de luta muito importantes. Há muitos sindicatos que são classistas, combativos, há sindicatos que lutam por seus direitos. Hoje mesmo estamos tendo uma greve nacional dos bancários, com vários sindicatos em várias cidades e em várias regiões do país não aceitando que os bancos lucrem a exorbitância que lucram, mesmo em períodos de crise, e querem sub-remunerar as trabalhadoras e os trabalhadores que atuam no setor. E há luta, há resistência. Como a greve de professores, ano passado tivemos uma miríade de greves de professores.



Entrevista publicada no site do Brasil de Fato em 19/09/2016, realizada pela repórter: Rute Pina com edição original de Simone Freire.

Confira a íntegra da entrevista no site do Brasil de Fato www.brasildefato.com.br

Polêmica do burkini mostra outra face de perseguição a imigrantes

Censura cultural é um dos mecanismos da repressão à imigração, que tem se acirrado em vários países europeus

Nas últimas semanas, a proibição do uso do burkini, traje de banho islâmico que cobre o corpo inteiro da mulher, em algumas cidades da França causou uma grande polêmica não apenas no país, como em boa parte do mundo. Cannes, Villeneuve-Loubet e Nice - localizadas na região da Côte d'Azur, no sul da França, e Sisco, na ilha de Córsega, foram algumas das cidades francesas que proibiram a vestimenta nas praias. As alegações para tal medida vão desde "motivos de segurança", especialmente, após a cidade de Nice ter sido alvo de um ataque, reivindicado pelo Estado Islâmico, que matou 85 pessoas e feriu outras centenas no dia 14 de julho deste ano, passando por "opressão às mulheres" e até "razões de higiene". Em Nice, quem for pega desrespeitando a determinação pagará multa de 38 euros (R\$ 140).

Após muitas críticas e pressão nacional e internacional, no dia 26 de agosto, a principal instância administrativa francesa, o Conselho de Estado, suspendeu os decretos municipais e advertiu os prefeitos que qualquer proibição do burkini deve ser baseada em "perigos comprovados" para a ordem pública. Apesar desta decisão, governantes de várias cidades decidiram continuar impondo multas às mulheres que usarem burkini até que as ordens não sejam anuladas formalmente pelas instâncias administrativas.

Entre os órgãos que se manifestaram contrários à proibição do burkini nas praias, está o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). Segundo a agência da ONU, a medida não melhora a situação de segurança na França, agrava a intolerância religiosa no país e estigmatiza os muçulmanos, especialmente as mulhe-

res. "Os códigos de vestuário, como os decretos antiburkini, afetam de maneira desproporcional as mulheres e as jovens e abalam sua autonomia ao negar sua aptidão para tomar decisões independentes sobre sua maneira de vestir", diz a nota emitida.

Para Cleusa dos Santos, docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora de imigrações a proibição do burkini é uma afronta à liberdade de escolha da mulher em usar ou não o traje de banho, além de uma medida discriminatória e preconceituosa com a religião Islâmica.

"Essa proibição demonstra o recrudescimento dos princípios democráticos, atingindo diretamente a liberdade individual, neste caso específico, das mulheres de serem responsáveis por suas escolhas, mesmos que essas escolhas sejam socialmente e historicamente determinadas. O veto ao traje de banho também faz parte de uma política que fortalece o pensamento conservador que tem se expandido bastante pelo continente europeu", disse.

Perseguição

Essa não é a primeira vez que a França, com seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade – lema da Revolução Francesa de 1789 -, mostra-se antide-mocrática. Em 2004, sob a presidência de Jacques Chirac, foi aprovada a lei que proíbe o uso de "símbolos religiosos ostensivos", tais como o véu islâmico, a "kippa" judaica - pequena touca usada por homens -, ou cruzes cristãs, nas escolas públicas primárias e secundárias, tornando tensas as relações do país com sua crescente população muçulmana, que representa atualmente 10% do total de 66 milhões de habitantes do país. Em termos reais, a França conta com a maior população muçulmana da União Europeia.

Outra lei francesa em vigência, implantada sob o governo do ex-presidente Nicolas Sarkozy em 2011, proíbe o uso



da burca, que cobre todo o corpo da mulher e deixa apenas uma tela na altura dos olhos, e do niqab, véu que deixa apenas os olhos à mostra, em repartições públicas, e espaços públicos em geral, como meios de transporte, estabelecimentos comerciais, parques e cinemas. Ambas as roupas são usadas por uma pequena fração da população.

Os motivos alegados pelos legisladores são muitos: a preservação da liberdade e do direito da mulher, a manutenção do Estado Laico, e, claro, a preocupação com a segurança nacional, uma vez que supostos terroristas possam se fazer valer destas vestimentas como forma de dificultar seu reconhecimento após realizar ato criminoso, ou como forma de ocultar armamentos.

Críticos das leis afirmam, no entanto, que a proibição da burca, do niqab e do burkini vai contra a constituição francesa ao caracterizar a perseguição religiosa e desrespeitar liberdades fundamentais, causando discriminação das mulheres entre a comunidade muçulmana que vive na França, e levando muitas mulheres a não saírem de casa, para não serem estigmatizadas.

Cleusa dos Santos explica que qualquer lei que impõe restrição às vestimentas femininas constitui uma grave violação das liberdades fundamentais e atingem as muçulmanas, como uma forma de perseguição religiosa. Para ela, essas leis não passam de estratégia para retirar a atenção da sociedade das questões econômicas e sociais que estão sendo debatidas no parlamento francês. “A lei francesa não deixa de ser também uma estratégia para tirar de foco das questões socioeconômicas em debate que visam retirar direitos da população, que são muito mais sérias do que o estado decidir pela mulher se ela irá ou não de burkini a praia. Isso é uma questão que passa pela cultura e civilização de cada um”, enfatizou a docente.

Países tentam barrar imigração

A restrição do uso do burkini na França coincide com a ascensão do conservadorismo, xenofobia e perseguição a imigrantes em toda a Europa. Desde o início do ano, tem ganhado destaque o grande deslocamento de populações de países da África rumo à Europa, com a intensificação dos conflitos armados. Em mesma proporção, tem se dado a reação

de governos conservadores, apoiados por grupos extremistas, que buscam barrar, ao invés de acolher, a entrada de homens, mulheres e crianças em seus países.

Depois de ter construído um muro na fronteira com a Eslovênia em 2015, em abril deste ano, a Áustria começou a erguer uma barreira móvel, dessa vez na cidade de Brennero - fronteira com a Itália, para deter o fluxo de imigrantes que buscam asilo no país. Após reação contrária da União Europeia e acordo com o governo italiano, a Áustria suspendeu as obras.

A Áustria foi o segundo país que mais registrou pedidos de asilo dos estrangeiros que foram para a Europa em 2015 – no maior deslocamento de pessoas desde a Segunda Guerra Mundial.

Medidas para fechamento das fronteiras também vêm sendo tomadas por outros países, como o Reino Unido. Após o plebiscito que deliberou em junho pela saída do Reino Unido do bloco europeu, o país anunciou na primeira semana de setembro, que irá construir um muro na cidade de Calais, na França, para barrar a entrada de imigrantes pelo Canal da Mancha. A medida já recebeu o aval das autoridades francesas e deve ser colocada em prática ainda neste ano.

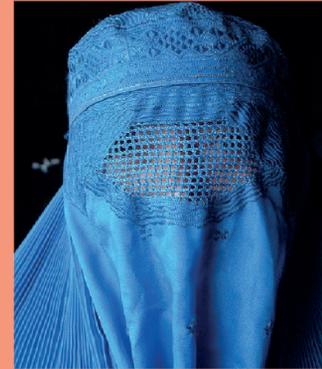
A docente destaca que o debate sobre imigrações é fundamental nesse momento em que o sistema econômico se internacionaliza, mas as fronteiras são fechadas para os trabalhadores. “A mobilidade da força de trabalho está associada às novas formas de internacionalização dos mercados (industrial, financeiro, imobiliário) da economia capitalista. A globalização exibe um protagonismo histórico sem precedentes na recomposição das classes sociais, particularmente a da classe trabalhadora, constituindo-se num dos principais desafios políticos do capitalismo contemporâneo do século XXI”, afirmou Cleusa.

Para a professora da UFRJ, o problema central é a regulamentação da livre circulação de trabalhadores. Os recorrentes casos de tentativas de imigração ilegal, em especial de africanos tentando entrar na União Europeia, são citados como exemplo dessa disparidade entre a livre circulação de capital e a livre circulação de trabalhadores. “O maior fluxo nas migrações internacionais, não caminhou para uma igualdade de oportunidades para imigrantes dos países periféricos”, ressaltou.

Com informações de agências internacionais e EBC

Principais tipos de véu islâmico

Burca



Usado tradicionalmente por tribos pastuns do Afeganistão, o traje é um símbolo do talibã. Cobre todo o corpo e a cabeça, inclusive os olhos, onde há uma rede que permita a visao.

Niqab



O Niqab é usado em regiões onde se pratica o islamismo, como a Arábia Saudita. O traje cobre integralmente corpo e cabeça, deixando descobertos apenas os olhos.

Xador



Sem esconder o rosto, mas cobrindo a cabeça e o corpo, o Xador é usado tradicionalmente no Ira.

Hijab



Cobre os cabelos e o colo, mas não esconde o rosto. Usado em todo o mundo muçulmano, significa “esconder o olhar”

Estado resgata Estatuto do Estrangeiro para reprimir liberdade de expressão

Os recentes casos de intimidação a estrangeiros que vivem no Brasil, como o da italiana Maria do Rosário Barbato, professora da faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e o caso extremo da deportação do docente Adlène Hicheur, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fizeram ressurgir o debate em torno das leis, práticas e códigos criados pelos militares e que ainda regem as principais áreas da administração pública no país.

Três décadas após o fim da ditadura empresarial-militar no Brasil (1964-1985), a situação dos estrangeiros no país ainda é regida pelo “Estatuto do Estrangeiro”, lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980, que regula a situação jurídica dos imigrantes no Brasil fixando a estadia legal dos estrangeiros em território brasileiro e, fundamentalmente, seus direitos e obrigações, além de dispor sobre deportação, expulsão e extradição dos imigrantes no país.

Em abril deste ano, a lei foi recuperada em meio à realização de manifestações contrárias ao afastamento de Dilma Rousseff da presidência da República. A Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef) publicou uma nota afirmando que os estrangeiros que participassem de manifestações poderiam ser detidos e expulsos do país. A Fenapef citou o artigo 107 da lei, em que diz que o estrangeiro admitido no território nacional não pode exercer atividade de natureza política, nem participar de desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza no Brasil, submetendo o infrator à pena de detenção de um a três anos e expulsão do país.

O caso da Maria Rosário Barbato é um dos exemplos em que o Estatuto do Estrangeiro foi utilizado. De nacionalidade italiana, e residente no Brasil há oito anos, a professora concursada da faculdade de Direito da UFMG foi intimada no dia 10 de maio pela Polícia Federal para prestar esclarecimentos sobre sua suposta militância política em universidades, sindicatos e partidos, o que configuraria a violação da lei. A intimação aconteceu poucas semanas após uma liminar da justiça de Minas Gerais



CAMI PASTORAL DO IMIGRANTE

que havia proibido o centro acadêmico da mesma faculdade de realizar uma assembleia.

Já o caso de Adlène Hicheur, radicado no Brasil há mais de três anos, chegou ao extremo. No dia 15 de julho deste ano, o docente do departamento de Física foi deportado para a França. Em 2009, enquanto trabalhava no conceituado laboratório francês da Organização Europeia para Pesquisa Nuclear (CERN), que abriga um superacelerador de partículas, Hicheur foi preso pela polícia francesa e condenado a cinco anos de prisão sob acusação de planejar atentados terroristas. Cumpriu trinta meses de sentença. Segundo o docente, a acusação se baseou em visitas aos chamados “website subversivos”.

“A repressão à liberdade de expressão não é de hoje, e as normas de ação da polícia e das Forças Armadas não mudaram com o fim da ditadura empresarial-militar no país e a promulgação da Constituição Federal de 1988. Tanto que vemos os mesmos abusos de autoridade: agressões físicas, prisões arbitrárias, assassinatos e desaparecimentos. A repressão ao direito de se manifestar dos estrangeiros é apenas mais um artifício dessa prática opressora do estado”, ressalta Olgaíses Maués, 3º vice-presidente do ANDES-SN e encarregada de Relações Internacionais do Sindicato Nacional.

Para a diretora do Sindicato Nacional, o processo de violência institucional e os ataques ao direito de se manifestar têm se intensificado nos últimos anos com as

manifestações de Junho de 2013, Copa do Mundo de 2014, Olimpíadas de 2016 e, mais recente, no processo de impeachment de Dilma e contra o governo de Michel Temer.

“Reviver o Estatuto do Estrangeiro neste momento, é uma forma de intimidar os manifestantes e o seu direito de protestar, como foi o caso do professor da UFRJ, deportado do país por acusações não comprovadas, e o da professora da UFMG que foi cerceada pela polícia a não fazer protestos e muito menos abraçar determinadas causas. Vivemos quase uma guerra civil, e os estrangeiros foram colocados dentro deste contexto de ódio e intolerância”, disse Olgaíses.

Revista britânica critica deportação de Hicheur

A revista científica britânica Nature publicou no dia 14 de setembro um editorial e uma reportagem criticando a postura do governo brasileiro na deportação do docente da Adlène Hicheur. De acordo com a publicação, a pressa e as circunstâncias da ação parecem violar a lei brasileira, os direitos humanos e os tratados internacionais assinados pelo Brasil. “Parece ser uma arbitrariedade relacionada à tensão pré-Olímpica e à ampla cobertura da mídia brasileira sobre sua condenação passada”, afirma a revista, ressaltando a ausência de explicações do governo brasileiro sobre a ordem de deportação, assinada pelo ministro da Justiça, Alexandre de Moraes.